

Mulheres negras marcham em 2015 pelo bem viver / *Black women march in the 2015 living well*

ROSALIA DE OLIVEIRA LEMOS¹

Resumo: Neste ensaio, reflito sobre o processo e organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, que acontecerá em Brasília, no dia 18 de novembro de 2015. Procuro analisar o racismo no Brasil e as motivações que levaram as mulheres negras brasileiras a protagonizarem este processo político. Na primeira parte do texto, discuto a construção da desigualdade racial no Brasil, com o enfoque crítico à “Democracia Racial” e desenvolvo breve análise sobre a situação das mulheres negras na sociedade. Na segunda parte, abordo o processo de construção da Marcha tendo o Estado do Rio de Janeiro como referência. Para finalizar, apresento algumas expectativas e metas a serem alcançadas, com vistas ao empoderamento das mulheres negras, à reafirmação de políticas públicas exitosas e à ampliação de políticas inclusivas no território nacional.

Palavras-chave: Marcha das Mulheres Negras 2015; política social; Feminismo Negro; mulheres negras e democracia; participação social.

Abstract: In this essay I reflect about the process and organization of the 2015 March of Black Women against Racism and Violence and for the Well Living, to be held in Brasilia on November 18, 2015. I aim to

1 Graduada em Bacharelado e Licenciatura em Química pela Universidade Federal Fluminense (1986) e mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), com a dissertação *Feminismo Negro em construção: a organização de mulheres negras do Rio de Janeiro*. Doutoranda em Políticas Públicas na Universidade Federal Fluminense iniciado em 2012.

analyze racism in Brazil and the motivations that led Brazilian black women to lead this political process. In the first part of the essay I discuss the construction of the racial inequality in Brazil, with critical focus on “Racial Democracy” and develop a brief analysis on the situation of black women in society. In the second part I discuss about the construction process of the 2015 March of Black Women against Racism and Violence and for the Well Living, using the state of Rio de Janeiro as reference. Finally, I present some expectations and goals to be achieved, aiming at the black women empowerment, the reaffirmation of successful public policies and the expansion of inclusive policies in Brazil.

Keywords: March of the Black Women 2015; social policy; Feminism Black; black women and democracy; and social participation.

Introdução²

Na década de 1970, as mulheres negras no Brasil intensificaram suas organizações e empreenderam intensos debates acerca de direitos sociais, políticos, econômicos e civis. Era o momento de demarcar as especificidades das ações políticas do movimento; das demandas das mulheres negras; da situação dessas mulheres negras e de suas necessidades ou condições de vida, com o objetivo de construir a identidade do movimento com foco nas desigualdades. De um lado, as mulheres negras³ ao participarem do Movimento Feminista identificavam que as especificidades entre brancas e negras não eram contempladas em suas bandeiras, ações e discursos. Cito, como exemplo, a campanha que as feministas brancas lideravam pela extinção do Programa Bem-Estar Familiar no Brasil (Bemfam) (BERQUÒ; ROCHA, 2005), subsidiado por agências como o Banco Mundial, a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, que empreendia o controle da natalidade no país, mais especificamente nas favelas e no Nordeste. Do outro lado, estavam as mili-

2 Agradeço as contribuições no aprimoramento desse ensaio à Luciene Burlandy, por sua visão sobre Políticas Sociais no Brasil, e à Sonia Maria Santos, pelo olhar de uma militante do Feminismo Negro.

3 Os dados para a população de cor ou raça negra são calculados a partir do somatório dos dados referentes à população de cor ou raça parda e à população de cor ou raça preta, como apresentados pelo IBGE. Nesse ensaio, sempre que possível, fez-se a opção de se apresentar os dados para a população negra.

tantes do Movimento de Mulheres Negras – em sua maioria moradoras dessas comunidades – que, mesmo cientes da ideologia de esterilização em massa de pobres do Terceiro Mundo que norteava esse serviço, defendiam essa política contraditória, por ser a única opção para o acesso aos métodos contraceptivos, diante da inexistência de políticas públicas universais com tal finalidade.

Em relação ao Movimento Negro, o debate de gênero não era contemplado, uma vez que a participação das mulheres negras se restringia a arrumar as salas e a convocar e secretariar as reuniões, fato que se repetia em todos os encontros e eventos nos anos 1980 (LEMOS, 1997). Em decorrência da discordância com essa prática política, inúmeros conflitos aconteciam e, conseqüentemente, as mulheres negras buscaram organizar suas instituições específicas, a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, como reação radical contra esse estado da arte.

Diante desses dois polos incongruentes para a promoção de uma participação política efetiva das mulheres negras – feminismo tradicional e Movimento Negro –, o Feminismo Negro se estrutura e se intensifica chegando ao auge nos anos 1980 com a criação de diversas ONGs de mulheres negras, que irão se avolumar nos anos 1990. Como exemplos destacam-se: a Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (Remunia) (1978); o Coletivo de Mulheres Negras de SP (1982); o NZinga: Coletivo de Mulheres Negras do RJ (1983); a Maria Mulher – Organização de Mulheres de Porto Alegre-RS (1987), o Geledes/São Paulo-SP (1988); a Imena – Instituto de Mulheres Negras do Amapá/Macapá/AP (1999), e tantas outras.

No trabalho desenvolvido por Santos (2009, p. 283), a pesquisadora resgata o papel das ONGs de Mulheres Negras no Brasil. Identifica que essa ação política foi vital no que se refere à mobilização nacional e internacional das afrodescendentes, bem como de vários outros atores sociais e instituições, para pensar as formas pelas quais o racismo operava historicamente pelo mundo.

Denúncias contra o racismo, o sexismo e o capitalismo foram potencializadas, assim como o debate sobre a ação política de mulheres negras, que passaram a ocupar as esferas públicas. Atualmente, tais denúncias vêm sendo amplificadas e confluem na proposta para a

realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver,⁴ pautada por um conjunto de objetivos como promover a afirmação das mulheres negras e dar visibilidade às suas demandas políticas e lutas, com ênfase na história das desigualdades de gênero, raça e classe. Estas diversas formas de iniquidade perpetuam-se em seu cotidiano por estarem inseridas em sociedades que têm em comum as opressões do racismo, do sexismo e as desigualdades econômicas.

É importante destacar que o conceito do Bem Viver é originário no início do século XXI, dos povos andinos, como o Equador e Bolívia, de acordo com Gudynas e Acosta (2012).⁵ É um conceito em construção sob distintas confluências, que vão das promovidas pela reflexão acadêmica às práticas dos movimentos sociais. Resulta de uma recuperação de saberes e sensibilidades próprias de alguns povos indígenas, constituindo-se uma reação ao desenvolvimentismo convencional e uma aposta em uma alternativa substancial. Desta maneira, ficam afastadas as ideias ocidentais convencionais de progresso e são construídas novas concepções sobre o que seja uma vida boa, incluindo uma especial atenção à natureza.

Ao ressignificar o conceito de Bem Viver, as mulheres negras brasileiras em seu manifesto⁶ (2014, p. 02), afirmam que elas permanecem sendo a base para o desenvolvimento econômico e político do Brasil sem que a distribuição dos ativos do trabalho seja revertida para seu próprio benefício. Denunciam que vivem a face mais perversa do racismo e do sexismo por serem negras e mulheres, e alvo de discriminações de toda ordem, as quais não permitem que gerações e gerações de mulheres negras desfrutem daquilo que produzem.

4 A proposta de realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver teve origem no I Encontro de Mulheres Negras Afro-Latino-Americanas, em 1992, em San Domingo-República Dominicana, com a presença de 70 países, que instituiu o 25 de julho como o Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Nilma Bentes foi uma das motivadoras para tal acontecimento.

5 Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa>>.

6 Disponível em: <<http://www.2015marchamulheresnegras.com.br/>>.

O manifesto traz a reflexão de que, mesmo diante de um quadro de mobilidade social pela via do consumo, percebido nos últimos anos, as estruturas de desigualdade de raça e de gênero se mantêm por meio da concentração dos poderes racial, patriarcal e sexista. Essas desigualdades acabam por alijá-las das possibilidades de desenvolvimento e disputa de espaços públicos, como deveria ser a máxima de uma sociedade justa, democrática e solidária. Repudiam serem vistas como objeto de consumo e como cobaias das indústrias de cosméticos, da moda ou farmacêutica (MANIFESTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015, 2014, p. 02-03).

Neste ensaio reflito sobre o processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, que acontecerá em Brasília, no dia 18 de novembro, tendo como objetivo reafirmar as motivações para a participação das mulheres negras como protagonistas de um processo político. Na primeira parte, faço uma reflexão histórica acerca da construção da desigualdade racial no Brasil, com o enfoque na crítica à “Democracia Racial” e à situação das mulheres negras na sociedade brasileira. Na segunda parte, abordo o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras 2015, utilizando o Estado do Rio de Janeiro como referência. Para finalizar, apresento algumas expectativas e metas a serem alcançadas, com vistas ao empoderamento das mulheres negras, à reafirmação de políticas públicas exitosas e à ampliação de políticas inclusivas no território nacional.

Inicialmente, analiso os termos do debate crítico sobre a construção da “democracia racial” no Brasil.

1 Democracia racial à brasileira e as mulheres negras

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos, e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil o Brasil chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial. No lastro do todo das questões que estão colocadas, o que se percebe é que estamos num país em que as classes dominantes, os donos do poder e os intelectuais a serviço dessas classes, efetivamente, não abrem mão. Eles não estão a fim de desenvolver um trabalho no sentido da construção de uma nacionalidade brasileira; nacionali-

dade esta que implicará efetivamente na incorporação da cultura negra. Lélia Gonzalez, 1985

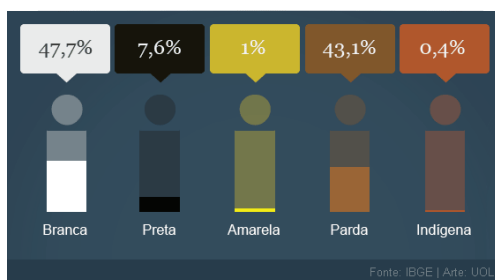
Lélia Gonzalez (1985), fundamentada em sua visão de feminista negra e de ativista da luta política de mulheres e homens negros, contribui para repensar esta construção de nação que, ao longo de sua história, tem relegado à população negra os piores índices de qualidade de vida e se fundamenta num conceito abstrato de democracia racial.

Não existe democracia racial e muito menos democracia plena quando o racismo persiste em uma sociedade. O racismo se alicerça nas concepções sobre cor da pele, nas diferenças raciais e na questão de classe que podem ser perceptíveis quando são analisados indicadores educacionais, econômicos, políticos e sociais, que dão o diagnóstico da democracia de um país. É um fenômeno complexo, apesar de alguns estudiosos considerarem apenas seus aspectos sutis. O racismo escamoteado pela visão da cordialidade encontra-se presente nas práticas cotidianas e, constantemente, é resgatado como apanágio para uma sociedade que não quer se reconhecer como racista, apesar de reconhecer a existência do racismo.

A crença na harmonia racial no Brasil datada do fim da escravidão (1888), documentada por Gilberto Freyre, em 1933, foi inculcada (BOURDIEU, 2007) na sociedade e nas instituições, exercendo influência até os dias atuais. Schwarcz (2011) refletindo sobre o Congresso Universal das Raças, ocorrido em Londres, em 1911, informa que a comunicação oficial do governo brasileiro foi possível devido à difusão da ideia de que o Brasil era exemplo do cruzamento extremado de raças, após os relatos de viajantes europeus e norte-americanos. Essa autoridade, que representou o governo brasileiro na ocasião, construiu seu texto usando dois contrapontos: de um lado, a comparação com os Estados Unidos e Inglaterra, países considerados como modelos escravocratas de extrema violência e, do outro, a referência a outras colônias da América Latina que haviam se rebelado, especialmente o Haiti que fez uma guerra de libertação, em 1804 (GATES JR., 2014). Tais comparações serviram de base para que advogasse uma imagem de que o Brasil não vivia nada parecido, muito pelo contrário. Recorrendo ao quadro *A Redenção de Cam*, do artista acadêmico Modesto Brocos (1852-1936), evocou de forma enfática o “darwinismo social” para elaborar a previsão sobre o processo de “embranquecimento”, de que em três gerações o Brasil seria

branco devido à miscigenação – o que não se confirmou. Afirmou, ainda, que o país não se igualava às demais “republicuetas vizinhas” e, em sua “fê cega”, dizia que o processo da escravidão tinha sido mais pacífico no território brasileiro.

Ao observar o Brasil, na atualidade, concluímos que ele é preto, pardo, amarelo, indígena e branco, com a maior parte da sua população considerada “não branca”.⁷ No entanto, é majoritariamente negro! Uma vez que negros representam o somatório de pretos e pardos.



Fonte IBGE, 2013.

Do conceito de “branqueamento democrático” de 1911, foi criado o mito da democracia racial nos anos 1940, para construir uma imagem positiva da nação diante do pensamento mundial moderno sobre raça. Para isso, a criação de uma teoria alternativa era necessária, visando minimizar o complexo de inferioridade das nações colonizadas. A teoria da cooperação mútua entre negros e brancos no Brasil, fundamentada na ausência da relevância das barreiras de cor, colocaria o país numa posição privilegiada em relação a outras nações consideradas por ele distintas na prática escravocrata, uma vez que a segregação era recrudescida. Tal pensamento não era verídico, uma vez que os maus tratos, assassinatos e estupros também ocorreram em larga escala no Brasil e são comprovados em documentos históricos de diferentes fontes.

De acordo com Abdias do Nascimento, em seu livro *O negro revoltado* (1982), nos escritos de Cruz e Souza e Lima Barreto, Luiz Gama, Manuel Querino e tantos outros pensadores da época, os relatos

7 Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/04/29/brancos-sao-menos-da-metade-da-populacao-pela-primeira-vez-no-brasil.htm>>.

de segregação extrema contribuíram para a tentativa de desconstrução da teoria Democracia Racial preconizada em Freyre, mas o mito insiste em persistir até os dias atuais e para Moura (1988) ele apresenta a seguinte dinâmica:

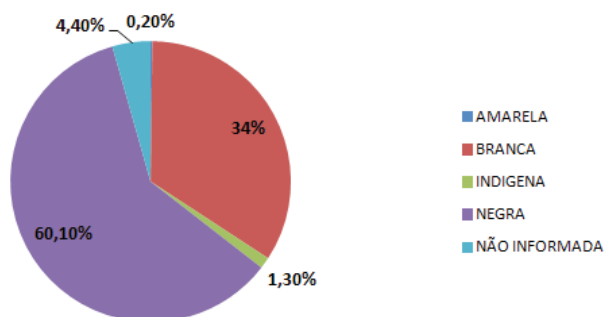
[...] por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não brancos os seus valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não brancos procuram criar uma realidade simbólica, onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade. Nessa busca simbólica, eles desejam compensar-se da discriminação social e racial de que são vítimas no processo de interação com as camadas brancas dominantes que projetam uma sociedade democrática para eles, criando, por outro lado a ideologia do escamoteamento capaz de encobrir as condições reais sob as quais os contatos interétnicos se realizam no Brasil. (MOURA, 1988, p. 63-64).

Os indicadores reafirmam esse mito, uma vez que, segundo a Pnad 2011, os negros representam 51,3% da população e correspondem a apenas 26,7% daqueles que concluíram ensino superior ou pós-graduação. Apenas 3,8% da população negra conclui este nível educacional, contrastando com 10,9% da população branca (IPEA, 2013, p. 429). Ainda que este percentual seja de um modo geral baixo para a população brasileira como um todo – tanto para negros como para brancos – há que se destacar as desigualdades raciais que ele expressa.

Em se tratando de mulheres negras matriculadas no ensino superior, público e privado, o *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher* (SPM, 2015, p. 24) registra que em 2012, 24,6% das mulheres brancas e 19,7% dos homens brancos de 18 a 24 anos frequentava o ensino superior, enquanto somente 11,6% das mulheres negras e 7,7% dos homens negros nessa faixa etária o faziam. Da mesma forma, as mulheres em geral são 57,2% das/os matriculadas/os e 61,2% das/os concluintes de cursos de graduação. Vale destacar que as mulheres negras estão em vantagem em meio à desigualdade de acesso ao ensino superior se comparadas aos homens negros e que o percentual de mulheres que frequenta o ensino superior é maior tanto para negras como para brancas, quando comparadas aos homens.

No que diz respeito à saúde, constata-se que no Brasil os óbitos de mulheres negras correspondem a mais de 60% das mulheres mortas durante a gravidez e o puerpério, sendo que as mulheres negras representavam quase 52% da população feminina brasileira. Os óbitos de mulheres brancas decorrentes de causas obstétricas eram, em 2012, da ordem de 34%, ao passo que elas correspondiam a 47,5% da população feminina brasileira. As mulheres indígenas, por sua vez, eram cerca de 0,40% do total da população feminina brasileira, em 2010, e 1,3% das mortes maternas era de gestantes indígenas. E, mais uma vez, as mulheres negras são as que mais morrem em decorrência da gravidez/parto. (BRASIL, 2015, p. 30).

Mortalidade materna, total e distribuição, por cor ou raça – Brasil, 2012



Fonte: Ministério da Saúde/SUS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), 2012.

Este gráfico ilustra mais um indicador da péssima qualidade de vida das mulheres negras, mas não se limita aos dados educacionais ou de saúde. A participação política é outro desafio a ser enfrentado.

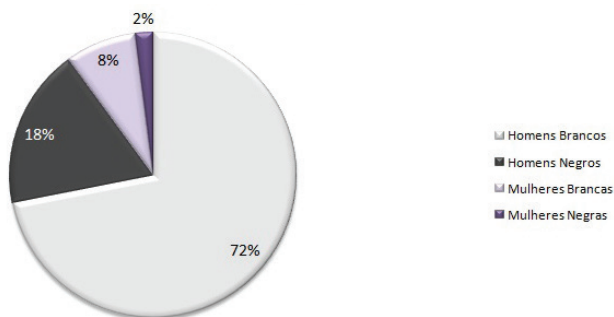
Na representação política, temos muito que trabalhar até chegar à equidade na ocupação dos cargos eletivos. Recentemente, com a minirreforma eleitoral, em função da aprovação da Lei nº 12.034/2010, os partidos políticos deverão preencher um mínimo de 10% das vagas com candidaturas de mulheres (não estamos falando de reserva para concorrer, mas sim de reserva de assento). Outro ponto importante foi a destinação de, no mínimo, 5% de suas receitas para ações relacionadas à participação política das mulheres e à instituição de tempo

mínimo de difusão em rádio e televisão para incentivar a igualdade de gênero e a participação das mulheres na política. (BRASIL, 2015a).

Tais mudanças são imprescindíveis, pois o quadro de participação das mulheres na política é muito baixo e paradoxalmente o eleitorado brasileiro nas eleições de 2014 foi composto por 52,1% de mulheres e 47,9% de homens.

O gráfico a seguir confirma a falta de democracia na participação política. Homens brancos estão representados quase na totalidade das vagas de deputados federais, ou seja, 72%, enquanto os homens negros estão na ordem de 18%. As mulheres como se pode observar estão sub-representadas, com apenas 10% dos assentos, sendo que as mulheres brancas totalizam 8% e as mulheres negras, mais uma vez na base da pirâmide, são apenas 2% na Câmara Federal.

Composição da Câmara Federal/Brasil, segundo sexo e raça (2014)



Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral (2014)

Os dados apresentados confirmam a agenda da militância negra que sempre apontou para a necessidade de ações do Estado brasileiro que modificassem a realidade do negro no país. As reivindicações são antigas e exemplificadas pela Declaração Final do I Congresso do Negro Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em 1950, atestando que grande parte das recomendações, feitas há 55 anos, até a presente data, não foram realizadas em sua totalidade. Este fato levou Nascimento (1982,

p. 09) a afirmar que os problemas apresentados, as questões levantadas, as propostas emitidas, continuam até hoje sem resposta e sem solução.

No acompanhamento e análise de políticas públicas, realizados pelo Ipea (2009, p. 324), afirma-se que, após 20 anos da Constituição Cidadã, por trás destes processos sociais, esconde-se um triste quadro de tragédias pessoais, em que a construção de autoestimas negativas se soma à reprodução de trajetórias interrompidas e de marginalização social, restringindo as perspectivas e as potencialidades de parte expressiva da população brasileira. Segundo Pochmann (2010, p. 43), com políticas governamentais descomprometidas com uma agenda social, o Estado mínimo permitiu que o país seguisse convivendo com brutal desigualdade interna, desfocado, inclusive, de ações orientadas ao desenvolvimento urbano e industrial.

Destarte a baixa observância para a situação de homens e mulheres negros, algumas políticas específicas vêm sendo implementadas nos últimos 33 anos tais como: cotas raciais no acesso ao Ensino Superior; demarcação de terras quilombolas; estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Estatuto da Igualdade Racial; Programa de Atenção Integral à Saúde da População Negra e das Mulheres Negras. Tais medidas foram criadas em parte pela atuação de mulheres que migraram da esfera da militância para integrarem a agenda governamental extrapolando, assim, alguns “muros” tais como: o das instituições e organizações sem fins lucrativos; o do Movimento Negro e do Feminismo Negro; o dos escritórios de agências financiadoras; o das salas de aulas ou laboratórios de pesquisas que apenas constatavam o quadro de desigualdades.

Os avanços verificados foram motivados e influenciados pelas ações do Movimento Negro e do Feminismo Negro, que, além de afirmarem suas identidades, denunciaram o racismo como entrave para o exercício de direitos humanos, sociais, econômicos, sociais e culturais. Tais movimentos refutaram, ainda, a doxa da harmonia entre as raças no Brasil numa perspectiva de igualdade universal, que não encontrava correspondência no cotidiano dos indivíduos e da sociedade e assim contribuíram para o enaltecimento e profusão dos valores positivos da população negra. No entanto, o quadro atual ainda é desafiador, uma vez que a discriminação parece não perder o fôlego. São constantes as atitudes e conflitos envolvendo racismo

expresso, violência simbólica, física e psicológica que tem acompanhado a vida da população negra. O recrudescimento do racismo tem sido visível no cotidiano e denunciado em constantes reportagens e entrevistas pela mídia brasileira e internacional.

Segundo Dallari (2013, p. 304), o princípio da “igualdade de possibilidade” toma uma dimensão importante, pois os desníveis sociais profundos, mantidos em nome da liberdade, e a impossibilidade prática de acesso aos bens produzidos pela sociedade tornam impossíveis, para muitos, o próprio exercício dos direitos formalmente assegurados. Para ele, a concepção de igualdade como “igualdade de possibilidade” corrige essas distorções, pois admite a existência de relativas desigualdades, decorrentes da diferença de mérito individual, aferindo-se este por meio da contribuição de cada um à sociedade.

E a Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, que ocorrerá em 18 de novembro próximo, constitui-se um processo de inquietação, desaprovação e reivindicação de um novo modelo social, político e econômico que possibilite uma vida sem racismo, sem violência e pelo bem viver de todas as pessoas que habitam no território brasileiro.

2. A Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver

Como mencionado anteriormente, algumas conquistas foram alcançadas. No entanto, o quadro de desigualdades se mantém e a Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver propõe ser um marco na história do povo negro no Brasil, ampliando antigas demandas às atuais reivindicações interseccionadas – nos aspectos de gênero, raça, orientação sexual e classe. Tais demandas foram amadurecidas por meio das experiências de três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007, 2011) e de três Conferências Nacionais de Política de Promoção da Igualdade Racial (2005, 2009, 2013), além da grande mobilização das Mulheres Negras para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001, na África do Sul. Nesses espaços, mulheres negras de várias

partes do Brasil e do mundo discutiram, avaliaram e propuseram políticas públicas para potencializar suas vidas.

A ideia de realizar a Marcha das Mulheres Negras 2015 surgiu após o ano de 1992, quando ocorreu o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado em San Domingo, na República Dominicana, com presença de representação de mulheres negras de 70 países, e instituiu o 25 de julho como o Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe. Este dia – 25 de julho – busca dar visibilidade às demandas políticas e lutas da população negra nesses países, dando ênfase às desigualdades de gênero, raça e de classe, em sociedades que têm em comum as opressões do racismo, do sexismo e as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

É importante registrar que, segundo dados de 2011, cerca de 80 milhões de mulheres negras vivem nos territórios da América Latina e no Caribe que, historicamente, têm sido alvos de discriminações, desigualdades, exploração e opressão, desde o longo período do escravismo até os dias atuais. Não devemos perder a dimensão de que esta realidade é condicionada por um sistema capitalista que, ao longo de sua existência, tem mantido expressivas desigualdades econômicas, raciais e de gênero.

O foco central da Marcha das Mulheres Negras 2015 é valorizar a memória de lutas de mulheres negras, visando fortalecê-las na atualidade, com o resgate histórico, partilhando conhecimentos e inspiração, rumo a uma sociedade mais igualitária e democrática. Resulta ainda do processo de luta por visibilidade, resgate, defesa de políticas e afirmação das mulheres negras em toda a América latino-caribenha, em especial no território brasileiro.

A organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 se estrutura por meio de um Comitê Nacional e, nos estados da Federação, em Comitês Impulsores Estaduais, com suas respectivas comissões. O mesmo acontece nos municípios com seus Comitês Impulsores Municipais.

Os objetivos,⁸ definidos pelo Comitê Impulsor Nacional do movimento, estão resumidos na tabela abaixo:

ESTAMOS EM MARCHA

- pelo fim do femicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;
- pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a pena lização dos culpados;
- pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;
- pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;
- pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;
- pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;
- pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade;
- pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;
- pela nossa participação efetiva na vida pública.

Manifesto das Mulheres Negras 2015 Contra O Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver (2014). Disponível: http://www.mulheresdocabo.org.br/wpimagens/2014/08/manifesto_negras_site.pdf

A organização da Marcha das Mulheres Negras 2015, no Estado do Rio de Janeiro, teve início em 05 de julho de 2014, quando foi realizada uma Plenária no município do Rio que contou com a participação de diversas mulheres do estado. Na oportunidade, foi constituída uma Coordenação Estadual, que foi ampliada até à realização da III Plenária, em Resende, hoje denominada Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras 2015 do Rio de Janeiro. Na oportunidade, definiu-se algumas comissões de trabalho, que foram estruturadas e ampliadas.

8 Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, disponível em: <http://www.mulheresdocabo.org.br/wpimagens/2014/08/manifesto_negras_site.pdf>.

A metodologia adotada para as Plenárias mensais procura fazer um relato da situação de mobilização nacional, informes locais e discutir temas de interesse do município que sedia a Plenária. Após exposição da especialista do tema, inicia-se o debate com as participantes.



II Plenária Estadual da Marcha das Mulheres Negras 2015 – Niterói, 02/08/2014

O processo de organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver tem contribuído para aprofundar a percepção de sociedade segundo o Feminismo Negro, no qual a mulher negra é parte central de diversas confluências de opressão interseccionadas, que inibem e interferem em seu crescimento social, político, humano, econômico e cultural. O desenvolvimento de plenárias mensais se configura em espaço de reflexão e proposição do conceito de “bem viver” para essas mulheres.

Conclusão

Reconhece-se o papel limitado do Estado brasileiro em promover ações, projetos e programas amplos que modifiquem a situação social, política, econômica e cultural em que se encontra a população negra. Não obstante, algumas ações têm sido implementadas, assim como novas legislações visando correção das desigualdades. No entanto, a adoção de medidas universais e a readequação de

algumas existentes são necessárias na promoção de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Os indicadores, apresentados nesse ensaio, sinalizam para a necessidade de novas políticas públicas e novas posturas do Feminismo Negro no Brasil, que possam modificar esse quadro pouco satisfatório para a trajetória das mulheres negras no país. De acordo com Schwarcz (2012, p. 34), conceber raça, gênero, sexo, idade e classe como categorias articuladas demonstra o esforço de desnaturalizá-las e contextualizá-las, com vistas ao conhecimento da situação de acesso aos direitos sociais, de acordo com a raça e o gênero.

No que diz respeito às políticas em curso no país, espera-se que o racismo institucional, a discriminação no mercado de trabalho, a violência doméstica e obstétrica, a baixa participação na política, dentre outros, receba atenção especial, por meio de monitoramento das legislações e formulação de novas, mais rigorosas, com previsão de punição quando não implementadas.

É necessário investir em ações com vistas a radicalizar a democracia, fortalecendo os movimentos organizados de mulheres negras e ampliando a participação delas nos espaços de comando e decisão política, em todas as esferas de poder. O fortalecimento das conferências e conselhos, como espaços de deliberação das políticas, articulado ao processo orçamentário, em especial à elaboração do Plano Plurianual, é um dos caminhos.

Urge elaborar e implementar novos processos educacionais para mudar o quadro atual. As perspectivas são de ampliar a participação e o aprofundamento de diferentes temas e assim investir na formação política, com o objetivo de defender e reivindicar políticas públicas e sociais que interfiram diretamente em novo padrão, com vista à melhoria da qualidade de vida para as mulheres negras brasileiras.

Por fim, alguns desafios se fazem emergenciais tais como: o investimento do Feminismo Negro em formas organizacionais mais eficazes e eficientes; definição de projeto político de nação; investimento na autonomia em relação às instituições governamentais; extinção da passionalidade na luta política; e, por fim, desenvolver maior organicidade nas ações para o cumprimento das metas.

Diversas organizadoras da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver acreditam que uma nova sociedade é possível e indicam alguns caminhos para viabilizar o processo de reconstrução social sem perder a dimensão dos desafios internos do Feminismo Negro, do Movimento de Mulheres Negras no Brasil e do recrudescimento e do conservadorismo na sociedade brasileira.

Submetido em 15 de março de 2015 e aceito para publicação em 30 de junho de 2015.

Referências

BERQUÓ, E.; ROCHA, M. I. B. A Abep no contexto político e no desenvolvimento da demografia nas décadas de 1960 e 1970. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 22, n. 2, p. 233-246, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982005000200003>>.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2013, n. 32..

_____. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise – vinte anos da Constituição Federal. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. V. 3. Brasília, 2009.

_____. **Vidas perdidas e racismo no Brasil**. Nota Técnica. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Daniel R. C. Cerqueira (Diest/Ipea); Rodrigo Leandro de Moura (Ibre/FGV). Brasília: Ipea, 2013, n. 10.

_____. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2000, v. 21, jun. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf>.

_____. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Org. Mariana Mazzini Marcondes et al. Brasília: Ipea, 2013. 160 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978&catid=336>.

_____. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.** Secretaria de Políticas para as Mulheres. 1. imp. Brasília: SPM, março 2015 (b). 181p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>.

COMITÊ IMPULSIONADOR DA MARCHA das Mulheres Negras 2015. **Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver.** Brasília, 2014.

DALLARI, D. de A. **Elemento da Teoria Geral do Estado.** São Paulo: Saraiva, 2013.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala.** São Paulo: Global. 2006.

GATES JR., H. **Os negros na América Latina.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. **UAPÊ.** Revista de Cultura, n. 02, 2000 (republicação da entrevista divulgada em: Informativo Seaf, 1985).

GUDYNAS, E.; ACOSTA, A. **A renovação da crítica ao desenvolvimento e o bem viver como alternativa.** Instituto Humanitas Unisinos (IHU), São Leopoldo-RS; Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa>>.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. **O negro revoltado.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, 2. ed.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul. dez. 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde**, jan. mar. 2011, p. 225-242.

_____. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.